



Secretaria de Estado da Educação

# CLIPPING

04 de Setembro 2014



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 04/09/2014
<b>Assunto:</b> Preconceito		<b>Página:</b> Online



### PRECONCEITO RELIGIOSO EM ESCOLA É INVESTIGADO

**Prefeitura apura por que aluno com guia de candomblé foi barrado por diretora**

Fonte: O Globo (RJ)

A Secretaria municipal de Educação abriu uma sindicância para apurar se um Aluno, de 12 anos, da Escola Municipal Francisco Campos, no Grajaú, foi vítima de discriminação religiosa, por ter sido impedido pela direção de frequentar a unidade usando guias de candomblé e bermuda branca. Na manhã de hoje, o prefeito Eduardo Paes e a secretária de Educação, Helena Bomeny, vão se reunir com o estudante e a mãe dele, que afirma que o menino foi vítima de preconceito. Após ser barrado na semana passada, o Aluno foi transferido para outro colégio, no mesmo bairro.

- Na segunda-feira retrasada, quando fui levar meu filho para a Escola, a própria diretora colocou a mão no peito dele e disse que ele não iria entrar. Fez isso na frente de todo mundo. Ele voltou para casa muito triste, chorou a semana inteira porque não ia poder mais estudar. Tive que pedir ajuda na CRE (Coordenadoria Regional de Educação), que conseguiu a transferência para uma outra unidade (Escola Municipal Panamá), onde ele começou na segunda-feira (anteontem). Mas foi muito triste o que passei. Nada vai apagar a humilhação que meu filho sofreu - afirmou a mãe.

Ela contou ainda que, por iniciativa própria, o filho decidiu, há cerca de dois meses, começar o processo de iniciação no candomblé, o que implicaria no uso das guias, conhecidas como fios de conta, além da bermuda branca, e um boné para cobrir a cabeça, que ele tiraria ao entrar na unidade.

Antes de mandá-lo à Escola, a mãe foi comunicar as mudanças temporárias no uniforme do estudante à direção. Segundo ela, a diretora a tratou de forma ríspida:

- A diretora me falou que ele não entraria na Escola vestido de branco como pede a religião. Meu filho ficou sabendo o que ela disse e passou um mês sem querer ir ao colégio.

Na segunda retrasada, tentamos, ele foi com a camiseta do uniforme, só com uma bermuda branca e o colar, e ela o impediu na frente de todos.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

3 meses de iniciação

Coordenador do projeto Herdeiros do Axé, que leva a Escolas a difusão e valorização das tradições afro-brasileiras, o pai de santo Dario Firmino ressaltou que o uso dos fios de conta, a roupa branca e algo que cubra a cabeça é necessário durante o processo de iniciação, que dura três meses. A regra pode ser flexibilizada, como no caso do garoto, que não usaria o boné dentro da Escola nem iria com a roupa toda branca, mas ele não vê o porquê de a direção não ter permitido sequer o uso das guias.

- Será que crianças que usam cordões que simulam ser de ouro, em alusão aos cantores do chamado "funk ostentação", também são impedidas de estudar? A princípio, vejo dois problemas: intolerância religiosa e o fato de estar impedindo que o garoto tenha acesso à Educação.

Coordenador dos núcleos de Defesa dos Direitos Humanos e Contra a Desigualdade Racial da Defensoria Pública, Francisco Horta destacou que as circunstâncias do caso ainda precisam ser apuradas, mas classificou o relato como preocupante.

- Uma questão de regra administrativa, como é o uso do uniforme, não pode estar acima de um direito não só constitucional, como previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de liberdade religiosa, de que qualquer pessoa pode ostentar um símbolo de sua religião. Pelo princípio da igualdade, qualquer Aluno poderia ser barrado se estivesse usando um colar com um crucifixo, por exemplo - comentou o defensor, acrescentando que foram abertos na semana passada procedimentos para apurar se crianças estariam sendo obrigadas a entoar cânticos evangélicos em Escolas públicas.

Na tarde de ontem, Professores da Escola Francisco Campos entraram em contato com O GLOBO dizendo que enviariam um documento de apoio à direção da unidade, mas, até o fim da noite de ontem, o texto não havia chegado.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 04/09/2014
<b>Assunto:</b> PEE		<b>Página:</b> Online



### **METAS PARA EDUCAÇÃO ATÉ 2024**

**Plano Estadual de Educação foi apresentado pelo governo estadual nesta semana**

Fonte: Jornal de Santa Catarina (SC)

Gastar o equivalente a 10% do Produto Interno Bruto (PIB) de Santa Catarina na área da Educação e melhorar o atendimento em Creches são os principais objetivos expostos no texto preliminar do Plano Estadual de Educação (PEE), apresentado pelo governo estadual nesta semana. O documento tem 19 metas previstas para vigorar a partir do próximo ano até 2024. Todas essas obrigações já estão traçadas no Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado pela presidente Dilma Rousseff em junho deste ano, mas a Secretaria de Estado de Educação afirma que Santa Catarina está à frente no cumprimento dos pontos.

#### **Pesquisa revelou lacunas**

De acordo com a secretária estadual adjunta da Educação e coordenadora do PEE, Elza Moretto, para elaborar o documento, uma equipe de 20 Educadores reuniu dados de conferências realizadas em todos os municípios catarinenses entre 2009 e 2013.

O resultado mostra lacunas de aprendizado, por exemplo, para Alunos do terceiro ano do Ensino fundamental. Apesar de apresentarem notas maiores que a média nacional, apenas 54% dos estudantes catarinenses tiveram bom aprendizado em leitura, 39% em escrita e 49% em matemática.

– O plano é um guia para termos objetivos a curto, médio e longo prazo. Assim será mais fácil melhorar os resultados da Educação – diz Elza.

O Estado gasta atualmente menos de 6% do PIB com a Educação. Para Elza, a falta de dinheiro é um dos principais obstáculos para se alcançar a cobertura completa no atendimento às crianças de até três anos em Creches.

O plano estadual revela que os municípios catarinenses só conseguem oferecer 138 mil vagas em Creches, apesar de Santa Catarina ter mais de 320 mil crianças nessa faixa etária, de acordo com o Censo do IBGE de 2010. Esta deficiência no atendimento já



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

resultou em vários processos movidos pelo Ministério Público Estadual nos últimos anos.

– Infelizmente, Estado e municípios não têm espaço físico ou orçamento para atender todas as crianças em Creches. Por isso, a nossa meta, que se iguala à nacional, é atender pelo menos 50% das crianças até 2024 – diz Elza.

Ainda em fase preliminar, o texto do Plano Estadual de Educação deve passar pela avaliação interna no governo do Estado, incluindo a aprovação do governador Raimundo Colombo. Depois disso, o texto será encaminhado para a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, o que deve ser feito em novembro, segundo a coordenação do PEE.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 04/09/2014
<b>Assunto:</b> Diretores		<b>Página:</b> Online



### ADIADA VOTAÇÃO DE REGRAS PARA ESCOLHA DE DIRETORES

**Texto determina que processo seja feito mediante eleição pela comunidade escolar**

Fonte: Agência Senado

A pedido de Cristovam Buarque (PDT-DF) e -Wilson Matos (PSDB-PR), o relator das propostas que mudam o processo de escolha de diretores das Escolas públicas, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), retirou o assunto de pauta.

O texto de Randolfe — um substitutivo que aproveita o PLS 328/2005 e rejeita o PLS 344/2007 — determina que a escolha dos diretores seja feita mediante eleição pela comunidade Escolar, entre ocupantes de cargos -efetivos na área de Educação.

Cristovam elogiou a proposta, mas sugeriu que um dispositivo semelhante a uma emenda de Kátia Abreu (PMDB-TO), rejeitada pelo relator, seja considerado. A emenda exigia que os profissionais da Educação comprovassem a realização de curso de capacitação em gestão educacional como pré-requisito para concorrer à função.

— O candidato deve apresentar um mérito, e a senadora Kátia apresenta essa proposta de maneira competente — defendeu Cristovam.

Randolfe prometeu -revisar o relatório.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 04/09/2014
<b>Assunto:</b> Política curricular		<b>Página:</b> Online



### OPINIÃO: SOBRE CURRÍCULO: ALUNOS NÃO SÃO COPOS, E PROFESSORES NÃO SÃO JARRAS

**"Por causa da complexidade do tema, não será fácil estabelecer um acordo sobre cada um desses aspectos envolvidos na definição de uma política curricular", afirma Daniel Cara**

Fonte: UOL Educação

A política curricular é uma questão difícil no mundo todo. Porém, é preciso enfrentá-la. Não há dúvida de que é necessário definir o que as crianças, os adolescentes, os jovens e os adultos vão aprender. O problema central é: quem a define, com quais critérios, com qual visão de educação e para qual projeto de nação?

Em "Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação", a historiadora Diane Ravitch advoga a necessidade de um currículo enraizado nas artes e nas ciências, que leve os estudantes à busca pelo conhecimento. O objetivo é preparar para a cidadania plena. Um cidadão precisa refletir e ter capacidade de tomar decisões sobre sua própria vida. A escola deve colaborar com sua preparação para isso.

Ravitch é uma autora reconhecida na área da educação. Sua principal contribuição está em criticar as reformas ocorridas nos Estados Unidos que impuseram a lógica do mercado às escolas e aos sistemas escolares. Sua peculiaridade reside em sua experiência. Ravitch colaborou com a implementação das reformas empresariais nos EUA, porém percebeu o quanto elas foram danosas ao direito à educação naquele país.

Para ela, a grosso modo, o sucesso das escolas depende de múltiplos fatores, como a definição de um currículo sólido, professores bem preparados, infraestrutura adequada, estudantes dispostos, pais participativos e a interação entre a política educacional e outras políticas sociais, como saúde e assistência social, por exemplo. Ou seja, currículo é um componente importante do direito à educação. Tão essencial quanto outros.

A reforma curricular no Brasil

Com a sanção do novo PNE (Plano Nacional de Educação), na forma da lei 13.005/2014, os ensinos fundamental e médio deverão ter uma "base nacional comum



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

curricular". Esse mecanismo está demandado desde 1996 pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), porém nunca foi elaborado.

Segundo o PNE, essa base nacional comum curricular deverá ser "configurada" por "direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento" específicos para cada uma dessas etapas da educação básica. A tendência é que se inicie um extenso e desejável processo de definição de cada um desses termos. O debate será marcado por disputas que denotam concepções de educação e de currículo, visões distintas sobre o papel do professor nos processos de ensino e aprendizagem, o que é relevante ser ensinado, qual deve ser o grau de detalhamento da base nacional comum curricular, quem define cada um desses aspectos, entre outras questões. Não há outro caminho.

No momento, há grupos que se organizam em torno do tema. O MEC (Ministério da Educação), sob liderança da Secretária de Educação Básica, Maria Beatriz Luce, reuniu um bom grupo de organizações nacionais, composto por entidades de pesquisa em educação, entidades de formação de professores, sindicatos, gestores públicos e conselheiros para tratar do tema. Faltaram grupos e movimentos relevantes da sociedade civil, mas ter iniciado o debate foi uma resolução acertada. Uma boa possibilidade seria agregar o Fórum Nacional de Educação na discussão, esfera fortalecida pela lei do PNE e composta por representantes de governo e da sociedade civil.

Em paralelo, o CNE (Conselho Nacional de Educação), órgão assessor do MEC, também desencadeou um processo de consulta sobre o tema, com audiências públicas e organização de debates. A Campanha Nacional pelo Direito à Educação pautou a base nacional comum em sua última reunião de Comitê Diretivo, realizada em junho desse ano. A Fundação Lemman articula, desde 2013, um grupo amplo de especialistas, gestores, pesquisadores e representantes de institutos e fundações.

A lei do PNE determina que a base nacional comum seja elaborada por uma instância de coordenação federativa composta por União, Estados, Distrito Federal e municípios. Dada a complexidade do tema, essa composição é marcadamente insuficiente. O consenso estabelecido entre os atores que participam do debate é que o MEC tem a responsabilidade e a legitimidade de convocar e articular esse processo deliberativo, que deve ser plural. Este é o desafio; ele não é pequeno.

**Copo cheio, copo vazio**

Por causa da complexidade do tema, não será fácil estabelecer um acordo sobre cada um desses aspectos envolvidos na definição de uma política curricular, mas, antes, é preciso evitar alguns percursos que estão sendo trilhados erroneamente nessa discussão.

Muitos "especialistas em educação" – aqueles entre aspas, que não conhecem a realidade das salas de aula, das escolas e dos sistemas públicos de ensino – veem as alunas e os alunos como copos. Alguns deles vão dizer que é justo colocar em cada recipiente (aluna ou aluno), no mínimo, o fundamental. Ou seja, propõem que todos os copos devam ser completados até a metade com água – o líquido essencial. Como se





## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

sabe, é desejável que a água seja límpida e inodora, podendo ser avaliada em testes padronizados de larga escala por seu grau de qualidade.

Outros vão além. Dirão que é justo encher completamente o copo de água. Por que apenas o mínimo? Afinal de contas, copos cheios também podem ser testados em seu grau de pureza. Alguns discordarão em parte. Argumentarão que além da metade de água, consideram que é preciso incluir outras possibilidades. Talvez uma determinada quantidade de suco, talvez de uma fruta local, afinal de contas, o Brasil é tão grande... Mas reforçam: a água é essencial, contudo é bom dar um pouquinho mais. Ademais, ampliados os parâmetros, a mistura também pode ser avaliada.

Nesse momento surgem novas polêmicas. Alguns acusarão que determinadas escolas e determinados governos querem encher os copos com suco de clorofila, outros com refrigerante, denotando ideologização do ensino. Alguns religiosos defenderão a essencialidade de um pouco de água sacralizada... E por aí vai.

### Perspectiva equivocada

O problema é que essa perspectiva está completamente equivocada. Os alunos e as alunas não são copos, professores não são jarras, sistemas públicos de ensino não devem ser centrais de distribuição de líquidos. E o objetivo da educação não é verificar o quanto e como foi cheio ou não um recipiente. A missão da educação não é a avaliação da aprendizagem e, sim, a própria aprendizagem na perspectiva da formação integral do cidadão.

É cientificamente sabido que todo ser humano tem infinita capacidade de aprender; copos e jarras, por sua vez, transbordam. Docentes e estudantes não são recipientes inertes. Cultura e conhecimento não é matéria que se transfere: não se tira de um para dar a outro. Alunos e professores vivenciam processos pedagógicos diversos. Um bom professor é aquele que é capaz de apresentar e construir caminhos para a aprendizagem dos alunos e das alunas, de preferência quando pode considerar cada estudante em sua especificidade. Ambos são sujeitos no processo pedagógico.

Definir uma base nacional comum é algo relevante, pois deve servir como ponto de partida, tanto para o currículo dos cursos dedicados à formação inicial dos professores como também para o trabalho dos docentes em sala de aula. Podem colaborar ainda para a formulação de propostas de formação continuada mais significativas para os profissionais do magistério. Servirá também como uma referência para a organização e o planejamento do ano letivo. Além disso, deve colaborar com o acompanhamento dos pais e da sociedade sobre o trabalho dos sistemas públicos de ensino e das escolas. Contudo, não se trata de uma receita de bolo sobre como dar aula, como querem alguns. Deve ser um instrumento que alimente e subsidie o trabalho do professor, sem limitá-lo ou mecanizá-lo.

Tal como afirma Diane Ravitch quando trata da questão do currículo nos EUA, a base nacional comum no Brasil não pode determinar apenas o mínimo. Sua missão deve ser garantir parte essencial do que é necessário para a preparação dos estudantes para uma vida plena, que vai muito além de aprender apenas português, matemática e, talvez,



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

um pouquinho de ciências. E essa base deve ser superada em cada sistema de ensino, com saberes que são específicos dessa ou daquela região, dessa ou daquela realidade.

Uma reforma curricular no Brasil é, sem dúvida, um dos componentes relevantes do direito à educação. Impõe a necessidade de envolver professores, pesquisadores, formadores de professores, entidades da sociedade civil, sindicatos, gestores públicos, conselheiros de educação, estudantes e familiares. Caso contrário, a definição da "base nacional comum" poderá ser apenas mais uma experiência de reforma curricular que ficou aquém de cumprir com sua missão, tal como ocorreu, anteriormente e por motivos distintos com os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) e com as DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais).



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> G1 Santa Catarina	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 04/09/2014
<b>Assunto:</b> Descarte de Livros		<b>Página:</b> Online



# SANTA CATARINA



### **Equipe do MEC vistoria escola que teve livros descartados por diretor**

*Grupo esteve na sede da Gered, que apura o caso desde a denúncia.  
Unidade fica em Santo Amaro da Imperatriz, na Grande Florianópolis.*

Uma equipe técnica enviada pelo Ministério da Educação (MEC) chegou no final da tarde desta quarta-feira (3) à Santa Catarina para fazer uma auditoria na Escola Nereu Ramos, em Santo Amaro da Imperatriz, na Grande Florianópolis. Recentemente, 3 mil livros didáticos - muitos novos - foram doados irregularmente para reciclagem pelo então diretor da unidade (veja vídeo ao lado).

Mais de 3 mil livros didáticos, a maior parte novos, foram "doados" pelo diretor a um catador de lixo, sob uma condição: o material não poderia entrar em circulação. O reciclador, Antônio Osni Monn, que foi chamado para que recolhesse uma carga que não poderia ser vista. Muitos livros ainda estavam com o selo da editora e do MEC.

Muitos livros ainda estavam com o selo da editora e do MEC. Depois que o caso foi denunciado nas redes sociais, o então diretor voltou atrás, recolheu o material e pediu para deixar o cargo. O mesmo fizeram dois assessores administrativos. Os três continuam professores da Secretaria de Estado da Educação (SED-SC). O órgão estadual fez um relatório que será encaminhado ao Ministério da Educação (MEC) referente as ações realizadas sobre o caso. Uma comissão do MEC, em conjunto com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) fará uma auditoria na escola.

O primeiro compromisso do grupo de Brasília ocorreu na sede da Gerência Regional de Educação (Gered), que apura o caso desde a denúncia. Os profissionais do MEC receberam um relatório com todas as medidas tomadas até agora pelo Governo do Estado.

"Nós vamos apresentar toda a questão do processo administrativo, tudo que a Secretaria do Estado fez até o presente momento, vamos ouvi-los para ver qual é a orientação deles e quais serão os próximos passos que vão estar acontecendo", informou Dagmar Pacher, gerente de Educação da Grande Florianópolis.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O ex-diretor da unidade escolar, José Vanderlinde, e dois assessores administrativos pediram dispensa dos cargos na última quarta (27). De acordo com a Secretaria de Estado da Educação (SED-SC), os três continuam sendo professores da rede de ensino de Santa Catarina.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Blog Moacir Pereira	<b>Editoria:</b> Blog Moacir Pereira	<b>Data:</b> 04/09/2014
<b>Assunto:</b> Regência		<b>Página:</b> Online



### Regência de classe: "O desabafo de uma Professora"

Da Professora Silvana da Silva Pereira, de Xaxim, via e=mail:

"Caro Sr. Moacir Pereira, sou uma leitora assídua de suas publicações, e, por acreditar muito na seriedade de suas colocações e sua linha de pensamento, tomei coragem para fazer um desabafo, pois sei que assim quem sabe consiga ser ouvida e entendida.

Sou Professora de Educação Física, lotada 40 horas na Escola de Educação Básica Gomes Carneiro na cidade de Xaxim/SC. A partir do fim de 2011, quando houve a municipalização do ensino infantil em minha escola, minha vida ficou um inferno, pois, já no início do ano letivo de 2012, em virtude da municipalização acabei perdendo aulas e conseqüentemente a minha regência de classe, ou seja, prejuízos financeiros. Busquei de todas as formas contornar a situação, mas infelizmente a Direção da Escola e também a Gerencia de Educação da SDR de Xanxerê, por desavenças políticas só me prejudicaram, e me prejudicam até hoje. Me informei com outras Regionais, outras Direções escolares, todos concordam que tenho direito a regência.

Recorri ao SINTE/SC, os quais me mandaram uma cópia de uma sentença constante dos Autos 023.11.018389-7, de 1º de dezembro de 2011, a qual diz que não podemos ser prejudicados por problemas alheios a nossa vontade, inclusive determinando que o governo pague a regência aos professores afetados pela municipalização da educação. Falei direto com o Secretário Regional, Sr. Colatto, com a Gerente de Educação da SDR, com Deputados, etc. Porém até o momento não tive êxito ao pleiteado.

Me parece que em nossa SDR e também em minha escola reina a lei do mais forte, ou seja, os mandatários que criam as próprias leis, contrariando a legislação existente e até mesmo as normas de seus superiores.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Pois me propus a fazer várias atividades, mas para mim nada pode. Mas, vários professores, efetivos e ACTs das mais diversas disciplinas e também de outros municípios, pegam aula na minha escola e em outras do município, aumentando lotação e a carga horária, e para mim nada.

Fiz vários requerimentos, quase que implorando, mas nada surtiu efeitos. Mesmo com uma determinação judicial não sou atendida. No mês de março deste ano veio um comunicado oficial nr. 009/2014/GEPOP, de 21/03/2014, traz orientações sobre o pagamento de regência de classe, com embasamento legal, mas para mim não tem validade, pois ainda estou sem receber a regência de classe que me é devida por direito.

Esta situação chegou ao cumulo de eu ligar para a Secretaria de Estado de Educação em Florianópolis, falar com pessoal do RH sobre minha situação e uma das pessoas que me atendeu fazer o infeliz comentário "você é a professora que quer receber sem trabalhar". Isso me deixou arrasada, pois é bem o contrário. Agora a diretora de minha escola começou a me agredir verbalmente e me humilhar em público, perante alunos e professores, dizendo que sou um professor problema. Estou arrasada, estressada a ponto de fazer uma bobagem.

Caro Moacir, tudo o que estou falando posso provar, pois tenho os requerimentos protocolados, tenho as respostas cheias de voltas e sempre dizendo não. Sem falar que tudo o que peço e falo, na maioria das vezes sou distorcida, para que de vitima eu passe a vilã da história.

Todo este problema esta acontecendo por pura perseguição política e pelo fato de que sou uma pessoa que batalha por seus direitos, não só os meus, mas de quem esta junto comigo.

SILVANA DA SILVA PEREIRA, CPF 625.498.479-20 EMAIL:  
prof\_silvana@brturbo.com.br"



# A NOTÍCIA

## Laudo em escolas cita vandalismo

**O** vandalismo chamou a atenção de fiscais sanitaristas do Estado em inspeção realizada em agosto em escolas estaduais de Joinville. Foram escolhidos os estabelecimentos já notificados pela Vigilância Sanitária municipal. A depredação e o furto atingem equipamentos de combate ao incêndio, bebedouros, tampas de vasos sanitários, pintura de paredes e portas. Em torno de 40% das mangueiras e extintores foram danificados ou furtados, com parte das ponteiros de ferro das mangueiras levadas para venda em ferro-velho. Os fiscais lembram que os problemas devem ser levados em conta na avaliação pela Vigilância Sanitária, mas não se trataria de “relaxamento” do governo. “(É) uma questão de solução em longo prazo e que deve exigir uma ação motivacional e educativa”, alega o documento. Também foram encontrados problemas nos banheiros: “Rolos de papel higiênico são usados para entupir vasos sanitários, papel toalha é molhado e arremessado no teto, suportes de sabonetes são quebrados”, alega a vistoria.

**Relatório defende campanha de educação a ser feita pelas escolas, governos, APPs, igrejas, comunidade, PM e bombeiros.**

## Sem precisar interditar

O relatório feito a pedido da Secretaria de Estado da Educação apontou problemas nas escolas, como a falta de *check list* periódico dos problemas para facilitar a manutenção, entre outras deficiências, mas não encontrou motivos para interdição em nenhuma das escolas municipais. “Existe a vontade política de continuar as ações de boas práticas da qualidade em serviços escolares”, alegou a vistoria.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Diário Catarinense	<b>Editoria:</b> Capa	<b>Data:</b> 03/09/2014
<b>Assunto:</b> PNE		<b>Página:</b> 01

**DIÁRIO CATARINENSE**

**ENSINO EM SC**

**SERÁ**

**NORTEADO POR 19**

**METAS**

**Plano de Educação definiu focos dos investimentos  
que deverão ser feitos**

**até 2024, como a oferta de turno integral em 65% das escolas.**





## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

**Veículo:** Diário Catarinense

**Editoria:** Sua vida

**Data:** 04/09/2014

**Assunto:** Prêmio RBS de Educação

**Página:** 33

# DIÁRIO CATARINENSE

## Prêmio RBS anuncia nomes de 16 finalistas



**2º PRÊMIO RBS DE  
EDUCAÇÃO**  
PARA ENTENDER O MUNDO

Dezesseis iniciativas de mediação e incentivo à leitura em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul foram escolhidas finalistas no 2º Prêmio RBS de Educação. Anunciados hoje, os projetos têm em comum o uso da literatura como estímulo para a formação de estudantes.

Realizado pela Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, com assessoria técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), o concurso premia práticas relacionadas à leitura em qualquer área do conhecimento – não apenas em língua portuguesa e literatura – em escolas públicas e privadas dos dois Estados. Reunidos em Florianópolis e Porto Alegre, 12

especialistas definiram quais dos 1.223 textos recebidos eram os mais destacados.

– A leitura, principalmente a literatura, é muito humanizadora. Nós devemos valorizar essas práticas – afirma Maria Cecília Félix Godoy, coordenadora de projetos de leitura do Cenpec.

Os autores dos 62 projetos mais bem avaliados foram entrevistados pelo júri. Os vencedores serão conhecidos apenas em novembro. Até lá, serão produzidos documentários com cada um dos 16 finalistas. Esses vídeos serão objeto de votação pelo Júri Popular, que irá eleger dois vencedores da categoria Jovens Protagonistas (um do SC e um do RS) e dois vencedores das categorias Escola Pública e Escola Privada (um em SC e outro no RS). Os demais premiados serão escolhidos por outra omissão de especialistas em mediação de leitura.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

### OS SELECIONADOS

Cada finalista ganha R\$ 1,5 mil. Em cerimônia em novembro, os vencedores das categorias Escola Pública e Privada receberão R\$ 11 mil, e os Jovens Protagonistas, R\$ 15 mil. As instituições dos vencedores ganham R\$ 6 mil.

#### ESCOLA PÚBLICA/SC

- Evaine Célia Desidério  
Escola Municipal São Francisco (Luzerna)
- Patrícia Regina Wanderlinde Alves  
Escola Básica Professora Judith Duarte de Oliveira (Itajaí)
- Rosângela Kirst da Silveira  
Escola de Educação Básica Professora Maria do Carmo de Souza (Palhoça)

#### ESCOLA PRIVADA/SC

- Marilene Schmidt Goebel  
Colégio Alto Vale (Rio do Sul)
- Suellen Freitas Amorim Sesi (São José)
- Susana Toniolo Lazzarotti  
Colégio Logosófico González Pecotche (Chapecó)

#### JOVENS PROTAGONISTAS/SC

- Bruna da Silva Donadel  
Escola de Educação Básica Timbé do Sul (Timbé do Sul)
- Cristina Marschall  
Colégio Global (São Bento do Sul)

#### ESCOLA PÚBLICA/RS

- Anderson Santos  
Escola Municipal de Ensino Fundamental Grande Oriente do Rio Grande do Sul (Porto Alegre)

- Michelle Brugnera Cruz Cechin

- Escola Municipal América (Porto Alegre)

- Olga Neri de Campos Lima  
Escola Municipal João de Zorzi

(Caxias do Sul)

#### ESCOLA PRIVADA/RS

- Ailim Schwambach  
Instituto de Educação Ivoti (Ivoti)

- Carmen Regina Garcia de Lima Vellinho  
Colégio João XXIII (Porto Alegre)

- Carolina Müller  
Instituição Evangélica de Novo Hamburgo – Unidade Pindorama (Novo Hamburgo)

#### JOVENS PROTAGONISTA/RS

- Eliziane de Oliveira  
Escola Municipal João de Zorzi (Caxias do Sul)

- Leticia Cecilia Vargas  
Escola Municipal de Ensino Fundamental Progresso (Quinze de Novembro)



## DIÁRIO CATARINENSE

### UMA AULA DE CIDADANIA

**SÉRGIO LUIZ JUNKES**  
Presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC)



**C**om o propósito de estimular os jovens estudantes a despertar interesse para o pleno exercício de sua cidadania, a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-SC) lançam hoje, em um encontro com os alunos do Colégio Catarinense, em Florianópolis, a cartilha *Tudo a Ver Eleições 2014 – Por dentro do Estado, do Poder e da Política*. Nela, constam 15 perguntas, cujas respostas explicam de maneira clara, objetiva e de fácil aprendizagem os aspectos importantes sobre a formação do Estado, o funcionamento dos Três Poderes, o papel da política na vida do cidadão, o sistema eleitoral brasileiro e a importância do voto como instrumento de cidadania no processo de consolidação da democracia.

O projeto conta ainda com a participação dos magistrados catarinenses, que poderão, em suas regiões, promover encontros com os alunos das

**Sem entender as regras que regem as nossas relações sociais, não há como mudar o mundo**

escolas públicas e particulares, com o objetivo de fomentar o debate acerca dos temas elencados nesse trabalho. Estamos convictos de que os nossos juízes haverão

de contribuir para a formação de futuros cidadãos preparados para promover a transforma-

É imprescindível que a juventude conheça e entenda um pouco mais sobre tais questões. Sem entender as regras que regem as nossas relações sociais e a nossa vida, não há como mudar para melhor o mundo que vivemos. Por isso, consideramos essa uma oportunidade singular, sobretudo porque vai aproximar a Justiça e a magistratura catarinense da sociedade; agregar conhecimento ao conteúdo repassado em sala de aula aos alunos; apresentar as instituições democráticas de seu município, Estado e país; desmistificar e familiarizar os jovens com os temas do universo jurídico e político; estimular a cultura do debate entre os estudantes, tendo como foco assuntos ligados ao exercício da cidadania; e contribuir para que os jovens possam votar de forma consciente nas próximas eleições.



**Veículo:** Diário Catarinense

**Editoria:** Sua vida

**Data:** 04/09/2014

**Assunto:** Descarte de livros

**Página:** 37

## DIÁRIO CATARINENSE

# Ministério da Educação vistoria escola na região

**D**eve sair no máximo até semana que vem o relatório que uma equipe do Ministério da Educação (MEC) fará a partir de uma visita ontem a Santo Amaro da Imperatriz. Os funcionários federais, que também representam o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vieram de Brasília para apurar a suspeita de descarte de livros ocorrida no início da semana passada. Um catador de materiais recicláveis estranhou a atitude e denunciou o caso.

De acordo com a gerente regional de educação da Grande Florianópolis, Dagmar Pacher, a visita seria durante o dia, mas acabou adiada para o final da tarde por causa do atraso no voo da equipe. Por volta das 17h a comitiva saiu de São José e partiu para a Escola Estadual Nereu Ramos.

Por meio da assessoria de imprensa, o FNDE informou que se trata de uma visita técnica para apurar os fatos, e da análise será emitido um relatório. Por enquanto, os técnicos não estão autorizados a dar entrevista.

### NOVA DIRETORA CHEGOU À ESCOLA

Desde terça-feira, a nova diretora Ana Maria Benvenuto está no comando da escola. Ela foi transferida de outra unidade de



RBS/11. 001. 25/09/2014



Divulgação, 04/09/2014

Acima, o flagrante dos livros descartados. Ao lado, o apoio dos alunos ao diretor

Santo Amaro e já ocupou cargos de direção. Ficará pelo menos até que as investigações da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina terminem.

José Vanderlinde, o diretor afastado, ainda recebe apoio dos alunos. Ele voltou a trabalhar

normalmente em sala de aula como professor de sociologia e filosofia. Enquanto a investigação não termina, os assessores dele, que também saíram da direção da escola, seguem trabalhando na escola porque são funcionários concursados.